

## Governo Civil do Distrito da Guarda

## Listagem n.º 32/2009

Alínea u) do n.º 1 do artigo 7.º do Despacho Normativo n.º 35-A/2008, de 29 de Julho, da Presidência do Conselho de Ministros:

## 2.º Semestre — 2008

Data da decisão	Beneficiário	Montante (euros)
Novembro		
Outubro		
2008.09.12	Associação Humanit. dos Bombeiros Volunt. de Almeida . . . . .	34 950,00
2008.09.12	Associação Humanit. dos Bombeiros Volunt. de Famalicão . . . . .	6 150,00
2008.09.12	Associação Humanit. dos Bombeiros Volunt. de Figueira C.Rodrigo . . . . .	12 300,00
2008.09.12	Associação Humanit. dos Bombeiros Volunt. de Gonçalo . . . . .	12 300,00
2008.09.12	Associação Humanit. dos Bombeiros Volunt. de Egitanenses . . . . .	23 370,00
2008.09.12	Associação Humanit. dos Bombeiros Volunt. de Manteigas . . . . .	14 760,00
2008.09.12	Associação Humanit. dos Bombeiros Volunt. de Pinhelenses . . . . .	8 610,00
2008.09.12	Associação Humanit. dos Bomb. Volunt. de Sabugal . . . . .	12 300,00
2008.09.12	Associação Humanit. dos Bombeiros Volunt. de Soito . . . . .	14 760,00
2008.09.12	Associação Humanit. dos Bombeiros Volunt. de Aguiar da Beira . . . . .	8 610,00
2008.09.12	Associação Humanit. dos Bombeiros Volunt. Celoricenses . . . . .	14 760,00
2008.09.12	Associação Humanit. dos Bombeiros de Fornos de Algodres . . . . .	14 760,00
2008.09.12	Associação Humanit. dos Bomb. Volunt. de Meda . . . . .	14 760,00
2008.09.12	Associação Humanit. dos Bombeiros Volunt. de Trancoço . . . . .	14 760,00
2008.09.12	Associação Humanit. dos Bombeiros Volunt. Vila Franca das Naves . . . . .	12 300,00
2008.09.12	Associação Humanit. dos Bombeiros Volunt. Vila Nova de Foz Côa . . . . .	14 760,00
2008.09.12	Associação Humanit. dos Bomb. Volunt. de Folgoso . . . . .	8 610,00
2008.09.12	Associação Humanit. dos Bombeiros Volunt. de Gouveia . . . . .	14 760,00
2008.09.12	Associação Humanit. dos Bombeiros Volunt. do Melo . . . . .	6 150,00
2008.09.12	Associação Humanit. dos Bombeiros Volunt. de Loriga . . . . .	14 760,00
2008.09.12	Associação Humanit. dos Bombeiros Volunt. de São Romão . . . . .	18 450,00
2008.09.12	Associação Humanit. dos Bombeiros Volunt. de Seia . . . . .	15 990,00
2008.09.12	Associação Humanit. dos Bombeiros Volunt. de Vila Nova de Tázem . . . . .	12 300,00
	<i>Sub-Total . . . . .</i>	<i>325 230,00</i>
Novembro		
2008.10.24	Associação Produtores Florestais do Conc. Figueira do Cast.Rodrigo . . . . .	1 000,00
2008.10.13	Associação Cultural e Desportiva da Corujeira . . . . .	1 500,00
2008.11.14	Associação “OS SARRAFOS” — Gonçalo . . . . .	1 500,00
	<i>Sub-Total . . . . .</i>	<i>329 230,00</i>
Dezembro		
2008.11.20	Associação Cultural e Recreativa de Fernão Joanes . . . . .	1 250,00
2008.12.19	Liga de Solidariedade Social e Melhoram. “Os Amigos do Albardo” . . . . .	2 000,00
	<i>Total-Geral . . . . .</i>	<i>332 480,00</i>

16 de Janeiro de 2009. — A Governadora Civil, *Maria do Carmo Pires Almeida Borges*.

## Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

## Despacho (extracto) n.º 4020/2009

Por despacho de 27-01-2009 do Exmo. Director Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, foi renovada a comissão de serviço do Inspector de nível 2, António João Mendes Rosado Galvôeira no cargo de Chefe de Núcleo Regional de Contra-ordenações da DRLVTA do SEF, com efeitos reportados a 22-01-2009, nos termos n.º 2 do artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 252/2000 de 16 de Outubro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

27 de Janeiro de 2009. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
E DA SAÚDE

## Despacho n.º 4021/2009

A Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, que definiu o regime aplicável ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, bem como a protecção sanitária e social das pessoas que consomem tais substâncias sem prescrição médica, prevê a criação de comissões para a dissuasão da toxicodependência (CDT), com competências ao nível do processamento de contra-ordenações e aplicação das respectivas sanções, que funcionam nas instalações dos governos civis.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 5.º do mencionado diploma, o apoio administrativo das CDT compete aos governos civis.

Por outro lado, o Decreto-Lei n.º 130-A/2001, de 23 de Abril, que estabelece a organização, o processo e o regime de funcionamento das CDT, prevê, no n.º 1 do artigo 2.º, que estas exercem funções em instalações para o efeito disponibilizadas pelo respectivo governo civil.

Em momento posterior, entendeu-se que, por razões de clarificação da despesa pública, não se justificava que as CDT funcionassem na dependência dos governos civis, dado as suas funções se enquadrarem exclusivamente no âmbito da missão do Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P. (IDT), em matérias de promoção da redução do consumo de drogas lícitas e ilícitas e de diminuição das toxicodependências.

Por esta razão, o n.º 1 do artigo 96.º da Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro, prevê que sejam transferidas para o IDT as competências dos governos civis previstas no n.º 4 do artigo 5.º da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, bem como a disponibilização das instalações a que se refere o n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 130-A/2001, de 23 de Abril, em termos a definir por despacho conjunto dos Ministros de Estado e da Administração Interna e da Saúde.

Assim:

Nos termos do disposto no artigo 96.º da Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro, determina-se o seguinte:

1 — O apoio administrativo ao funcionamento das CDT, a que se refere o n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, compete ao IDT.

2 — As CDT exercem funções em instalações para o efeito disponibilizadas pelo IDT.

3 — O IDT pode suceder na posição contratual dos governos civis nos contratos celebrados para disponibilização de instalações destinadas às CDT, incluindo nos direitos e obrigações que lhes são inerentes, mediante protocolo a celebrar entre o IDT e os governos civis.

4 — O produto das coimas cobradas pelos governos civis em processos com origem nas CDT constitui receita do IDT.

5 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2009.

13 de Janeiro de 2009. — O Ministro da Administração Interna, *Rui Carlos Pereira*. — Pela Ministra da Saúde, *Manuel Francisco Pizarro de Sampaio e Castro*, Secretário de Estado da Saúde.

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

## Direcção-Geral de Reinserção Social

## Despacho (extracto) n.º 4022/2009

Por meu despacho de 2008.12.31.

Eva Maria Anciães Morgado, assistente administrativa especialista da carreira de assistente administrativo do quadro de pessoal do ex-Instituto de Reinserção Social, nomeada, após concurso, no cargo de Chefe de Secção de Pessoal da Direcção de Serviços de Recursos Humanos desta Direcção-Geral. (Isento de fiscalização prévia do TC).

26 de Janeiro de 2009. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.